

ANÁLISE COLETIVA DO TRABALHO: QUER VER? ESCUTA¹

Leda Leal Ferreira²

Resumo

Usando como título um poema de Francisco Alvim, a autora explica o que é a Análise Coletiva do Trabalho (ACT), um método de análise no qual trabalhadores analisam o próprio trabalho, em grupos, usando apenas a fala. Depois de ressaltar algumas técnicas, resultados e aplicações próprios, se debruça sobre duas das questões que o método tem suscitado: o conceito de trabalho analisado na ACT e o texto final de uma análise.

Palavras-chave

Análise do trabalho, fala, escuta.

Introdução

Imaginem uma situação, hipotética, na qual, de repente, todo mundo parasse de trabalhar ao mesmo tempo e definitivamente: ninguém produzisse alimentos, nem água, nem eletricidade; todas as escolas paradas, todos os hospitais fechados, nenhuma farmácia aberta. O lixo se acumulando nas ruas por falta de garis, os mortos apodrecendo a céu aberto, por falta de coveiros. Todos sem transporte, sem comunicação, sem telefones nem celulares, sem internet. Sem luz. Se esta situação se prolongasse, em pouco tempo, a humanidade pereceria, de fome, sede, doenças. A falta de trabalho pode causar rapidamente o fim da humanidade. Agora, imaginem outra situação hipotética, em que todos parassem de fazer sexo e de se reproduzir, definitivamente. A humanidade também desapareceria, mas muito mais lentamente do que pela falta de trabalho.

Mencionei estas duas situações para chamar a atenção sobre o papel do trabalho para a sobrevivência da sociedade, assim como o do sexo. E mostrar que, paradoxalmente, há um enorme desconhecimento sobre o trabalho, maior até do que o desconhecimento sobre o sexo. Como disse um grande escritor italiano, Primo Levi, em um livro lindíssimo, 'A chave estrela'³: "Essa interminável região, a região da lida, do batente, do ganha-pão, enfim do trabalho cotidiano é menos conhecida que a Antártida". E ele completa: [...] "e, por um triste e curioso fenômeno, quem mais fala dela, e com mais clamor, são justamente aqueles que menos a percorreram".

¹ Este texto foi baseado numa palestra proferida pela autora em maio de 2014, em Belo Horizonte, por ocasião do V Simpósio Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade (www.sitre.cefetmg.br).

² Médica, doutora em ergonomia e pesquisadora aposentada da Fundacentro, São Paulo.

³ LEVI, 2009, p. 91-92

É verdade. O trabalho cotidiano é um grande desconhecido: o que faz um operador de refinaria de petróleo, qual é o seu trabalho? E um cocadeiro? Ou um selecionador de pinto de um dia? Qual é a rotina de um plantador de abacaxi? E a de um pescador de lagosta? E a de um operador de guindaste? No que consiste o trabalho de uma professora em uma classe multisseriada? E o de um neurocirurgião infantil? O que fazem os bilhões⁴ de homens e mulheres pelo mundo afora, em seus milhares de tipos de trabalho diferentes, no seu dia a dia? E o que estes trabalhos fazem com eles? Não sabemos ou sabemos muito pouco. Paira sobre o trabalho um véu de desconhecimento (ou seria de mistério? Ou seria de segredo?), situação paradoxal dada à importância do trabalho para os indivíduos e para a sociedade.

Estas questões sobre o trabalho foram objeto de minhas preocupações profissionais durante muito tempo e continuam sendo. Foi um pouco em busca de respostas para aquelas que, no âmbito de minha atuação profissional como pesquisadora de uma instituição pública, atuando na área de saúde e segurança dos trabalhadores⁵, desenvolvi uma série de estudos aos quais dei o nome de Análise Coletiva do Trabalho (ou ACT) e que são o tema deste texto.

A Análise Coletiva do Trabalho

O que é a Análise Coletiva do Trabalho? Na primeira sistematização que fiz sobre o assunto (FERREIRA, 1993), disse que a ACT era um método para se analisar os sentimentos mobilizados pelo trabalho. Mas errei. A ACT é um método de análise do trabalho (e nesta análise também aparecem os sentimentos mobilizados pelo trabalho, daí o meu equívoco inicial). Sua diferença em relação a outros métodos de análise do trabalho (FERREIRA, 1999) é que nela quem analisa o trabalho são os próprios trabalhadores e o fazem em um ambiente de grupo (daí o nome de análise coletiva), guiados por uma questão condutora que é “o que você faz no seu trabalho?” Note-se que a questão não é o que você sente no seu trabalho, nem do que você gosta ou desgosta no trabalho, muito menos o que o trabalho provoca em você (embora estas questões também apareçam na Análise Coletiva do Trabalho). A questão é o que você faz no seu trabalho, que é uma questão positiva, pois diz respeito ao fazer de cada um, só realmente conhecido por aquele que faz. Como todos conhecem o trabalho que fazem, todos, independentemente de seu grau de escolaridade ou do tipo de emprego, podem participar em igualdade de condições de uma Análise Coletiva do Trabalho.

Antes de prosseguir, dois esclarecimentos se fazem necessários. O primeiro: quando falo em fazer não estou me limitando aos movimentos ou ges-

4 Em 2012, a mão de obra mundial era estimada em 3,3 bilhões de trabalhadores (dos quais um a cada três estava desempregado ou vivia em situação de pobreza, isto é, com menos que dois dólares estadunidenses por dia), pela Organização Internacional do Trabalho, em Tendances Mondiales de L'emploi 2012, Bureau International du Travail, Genève, BIT 2012.

5 Trata-se da Fundacentro, onde trabalhei por mais de 30 anos, como pesquisadora e responsável pelo Serviço de Ergonomia, em São Paulo, e do qual me aposentei em 2012.

tos corporais, mas ao conjunto de capacidades motoras e também cognitivas, linguísticas e emocionais que todos nós mobilizamos quando estamos trabalhando. Apertar um parafuso exige movimentos, mas também atenção e precisão. E pode provocar alegrias ou, ao contrário, decepção, se for bem-sucedido ou não. O segundo esclarecimento: quando falo em trabalhadores estou me referindo a todos os que têm uma atividade remunerada, sejam eles professores universitários ou ajudantes de servente na construção civil; com contrato de trabalho ou sem ele, empregados terceirizados ou funcionários públicos.

Voltando à ACT: nas reuniões, a questão sobre “o que você faz no seu trabalho” deve ser respondida o mais exaustivamente possível, até que todos os participantes (trabalhadores e pesquisadores) compreendam o trabalho que está sendo analisado. Não basta dar a impressão que se compreendeu; deve-se compreender mesmo. Isto acontece na forma de um diálogo que se estabelece, inicialmente entre os pesquisadores e os trabalhadores participantes, mas, logo em seguida, entre os trabalhadores somente. Quando uma ACT “dá certo”, os pesquisadores são praticamente esquecidos e o que acontece é uma troca de experiências de trabalho entre os participantes. Gosto de usar um pequeno poema do poeta Alvim (2004) para sintetizar o que é uma ACT. O poema é o seguinte: “*Quer ver? Escuta.*” É exatamente isso que se passa nas reuniões: você quer ver (saber) o que eu faço no meu trabalho? Então, escuta o que eu tenho a dizer (sobre ele). É a fala dos participantes e a escuta dos pesquisadores que vale. Não há questionários, nem observações, nem filmagem. Só a fala.

Uma das técnicas que utilizamos para animar as reuniões é a descrição, por um participante, de um dia de seu trabalho, desde o momento em que sai até o momento em que volta para casa. É um bom fio condutor, pois faz com que a pessoa se lembre de tudo o que faz. Tomemos o exemplo do trabalho de uma operária metalúrgica. Antes que esta trabalhadora comece a contar em que tipo de máquina trabalha, que tipo de peças produz, a que velocidade, o que acontece quando a máquina quebra, quem controla a produção, quem trabalha com ela, se tem pausas ou não, a gente pergunta a que horas ela começa a trabalhar. Então, ela conta que seu horário oficial é às 7h, mas que tem que chegar à fábrica às 6h30, para trocar de roupa e ir andando até o posto de trabalho, que fica distante, para bater o ponto às 7h. E que esta meia hora não é paga. A mesma coisa no caso de professoras⁶. Queremos saber a hora em que saem de casa, o percurso que fazem, a chegada à escola. A professora deve contar isso antes de descrever o que acontece na aula propriamente dita, isto é, lutar pela atenção do aluno, propor atividades etc. Mas também deve contar os momentos em que tem que preparar aulas e fazer toda uma série de outras atividades como preencher relatórios, fichas de avaliação, corrigir lições, participar de reuniões com colegas, diretores ou pais etc. Sem deixar de lembrar que seu dia de trabalho pode não acabar quando sai da escola porque pode

6 Estudamos o trabalho de professores da Educação Básica em cinco estados brasileiros, nos quadros do projeto Condições de Trabalho e Suas Repercussões na Saúde dos Professores da Educação Básica no Brasil, realizado pela Fundacentro, com auxílio financeiro do MEC e coordenado pela autora deste texto, o qual deu origem a várias publicações e um relatório final, todos disponíveis em www.fundacentro.gov.br.

trabalhar em outra escola, onde toda esta rotina se repete.

Como a análise acontece em grupo, ela favorece comparações entre o que cada participante conta e a experiência dos outros, igual ou diferente daquela; e este confronto de experiências é muito enriquecedor.

A descrição detalhada da rotina de cada um é o fim condutor da ACT e, como descrição, ela é praticamente infinita. Como diz Ítalo Calvino (1996):

[...] descrever quer dizer tentar aproximações que chegam cada vez mais perto daquilo que queremos dizer e, ao mesmo tempo, nos deixam sempre um pouco insatisfeitos, pelo que devemos continuamente recomeçar a observar e a procurar a forma de exprimir melhor aquilo que observamos.

Mesmo assim, ela está longe de ser o único meio usado. Porque a descrição é sempre acompanhada de interpretações ou explicações do que está sendo descrito, por exemplo, faço isso para evitar aquilo, e do julgamento do que está acontecendo, ou seja, isto é bom, aquilo é mau; isto é justo, aquilo é injusto. Uma jovem operária metalúrgica ocupada em uma linha de montagem de componentes eletrônicos, trabalhando a um ritmo intenso, com ciclos de segundos, nos explica como seu trabalho é duro e cansativo “para o corpo e para a cabeça” e, ao mesmo tempo, conta com orgulho que descobriu um jeito diferente daquele ensinado por sua supervisora para fazer as peças: “eu tenho o meu jeito de fazer melhor”⁷. Um piloto de avião (FERREIRA, 1998), após descrever os percalços de um voo (acontece até de ele se perder!) diz que o dia mais feliz da sua vida foi quando as comissárias o homenagearam e escreveram num bilhete: “comandante, obrigada por nos trazer sempre de volta para casa”. Sinal de que o trabalho era reconhecido.

E aqui gostaria de destacar um ponto que tem sido comum a todas as análises: o lado bom de todos os trabalhos, mesmo daqueles que parecem os piores do mundo, aos olhos dos que estão de fora. Este lado bom pode estar na perícia para conseguir fazer uma operação, no truque para vencer uma adversidade, numa descoberta que diminua o esforço, na resolução de um problema. Aliás, diferentemente do que muitos pensam, ninguém gosta de fazer só coisas fáceis. Volto a citar o operário do livro de Leví, que diz:

[...] fazer um trabalho sem nada de difícil, em que tudo corra sempre bem, deve ser um tremendo tédio, e com o tempo deve embrutecer o cidadão. [...] Acredito sinceramente que para viver feliz é preciso ter alguma coisa para fazer, mas uma coisa que não seja muito fácil: ou algo que se deseje, mas não um desejo assim, vago, mas algo que dê a esperança de ser alcançado. [...] (LEVI, 2009, 161).

7 A Análise Coletiva do Trabalho de operárias metalúrgicas brasileiras foi um dos primeiros estudos realizados com a ACT, em 1991, com operárias das bases dos sindicatos de metalúrgicos de São Paulo, de Guarulhos e de Curitiba e com a colaboração da socióloga Marise Egger. Não foi publicado e sobre ele existe apenas um relatório datilografado.

Este lado bom pode também estar na solidariedade, no coleguismo, no reconhecimento dos colegas. De modo que, em geral, na ACT, o trabalho aparece como alguma coisa boa, que é, digamos, “atrapalhada” por coisas ruins: exigências descabidas, ritmos absurdos, humilhações, ambientes insalubres, falta de materiais, máquinas que não funcionam, diminuição de pessoal, deslealdade de colegas, intolerância de chefes, pressão por produção, salários insuficientes etc. Do mesmo modo, outro tipo de resultado comum a todos os nossos estudos é o zelo com que as pessoas trabalham e o gosto de fazer bem o que fazem. E o sofrimento que experimentam quando não podem fazer o que acham certo ou quando são obrigadas a fazer o que acham errado e mal feito. Também são comuns a todos longas jornadas de trabalho e uma constante intensificação do trabalho, fontes de sofrimento e doenças.

Enfim, os resultados da ACT são extremamente ricos e variados, para todos os que participam: os pesquisadores muitas vezes descobrem os preconceitos e falsas ideias a respeito do trabalho dos outros e os trabalhadores muitas vezes descobrem que sabem muito mais do que pensavam que sabiam. Vários deles, no fim das reuniões, disseram que tinham ficado “mais inteligentes”: é que ao falar para os outros, falam consigo mesmo; e como falar significa tomar consciência, tomam consciência do que faziam de modo automático e que permanecia adormecido simplesmente porque ninguém tinha se interessado e perguntado por este fazer. São os conhecimentos não conscientes do homem no trabalho, como os chamava Vermersch (1991).

Se os resultados das reuniões podem ser assim tão ricos e densos, isto não é fruto do acaso. Existem várias condições prévias que precisam ser respeitadas para que aconteça uma ACT. A principal delas é que os trabalhadores participantes se sintam à vontade para falar de próprio trabalho com desconhecidos, sem serem punidos por isso. Porque nunca se deve esquecer que falar sobre o trabalho pode ser subversivo e perigoso. Muitos trabalhadores só aceitam falar de seu trabalho se têm garantias de que o que disserem não vai ser usado contra eles. É esta preocupação de não prejudicar, o famoso princípio *primum non nocere* de Hipócrates, o pai da medicina, que esteve na origem da criação de todo um aparato para a realização das reuniões, de que destaco quatro pontos:

- 1- o aspecto coletivo da análise: as reuniões se passam em grupos nos quais os trabalhadores são mais numerosos que os pesquisadores, o que ajuda a evitar os constrangimentos de um “face a face” individual com o pesquisador;
- 2- a necessidade de os trabalhadores quererem participar, isto é, serem voluntários e terem garantido seu anonimato;
- 3- a necessidade de as reuniões ocorrerem fora do local e dos horários de trabalho, em ambiente não identificado com a empresa;
- 4- a necessidade de os participantes de cada reunião serem iguais hierarquicamente, ou seja, na mesma reunião não podem estar presentes trabalhadores e seus chefes.

Em relação aos pesquisadores participantes, a experiência mostra que eles devem:

- 1 - ter um genuíno interesse em conhecer aquele trabalho. Os trabalhadores são extremamente sensíveis a este aspecto porque estão exprimindo, muitas vezes pela primeira vez, algo muito importante para eles e detectam se os pesquisadores estão realmente prestando atenção e entendendo o que eles estão falando;
- 2 - respeitar os trabalhadores e seus conhecimentos;
- 3 - saber escutar e não querer ensinar. É também recomendável que haja mais de um pesquisador por reunião: as reuniões exigem muito dos pesquisadores, do ponto de vista cognitivo e emocional, e é bom que eles possam trocar ideias sobre o que aconteceu. Também é altamente recomendável que os resultados deste processo sejam devolvidos aos participantes e à sociedade. Nesse sentido, temos tido uma experiência de redigir pequenos livros sobre a Análise Coletiva do Trabalho e divulgá-los amplamente. E esta tarefa também é dos pesquisadores.

Assim, o estudo sobre o trabalho dos pescadores de lagosta do Rio Grande do Norte (FERREIRA, 2003b), que foi realizado para se compreender porque havia tantos trabalhadores com as pernas paralisadas entre eles (e a resposta foi o modo precário e perigoso como eles realizavam o mergulho para pescar), teve três etapas: na primeira, quando chegamos e nos apresentamos na colônia de pescadores, poucos apareceram. Na segunda, quando voltamos com os resultados da primeira reunião em forma de relatório preliminar, como havíamos prometido, já vieram mais pessoas, de modo que precisamos de um local maior para fazer a reunião (que foi realizada na cadeia da cidade). Nesta ocasião, prometemos trazer um livro com os resultados finais e pedimos que as escolas do município incentivassem as crianças a fazerem desenhos sobre a pesca. Elas aceitaram o desafio e recebemos dezenas de desenhos, muitos deles incorporados na edição final do livro. Finalmente, a reunião do lançamento do livro contou com a participação de mais de duzentas pessoas, entre pescadores e famílias. Um exemplar do livro foi assinado por todos eles para ser mandado ao então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na época, recém-eleito, pois durante as reuniões, tinha sido dito que só a atuação do presidente poderia melhorar a vida deles.

Já o livro sobre os professores do ensino básico da Bahia (FERREIRA, 2009), realizado com a colaboração do Sindicato dos Professores da Bahia (Sinpro), foi lançado junto com um filme sobre o trabalho das professoras rurais (feito com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sergipe - Sintese) chamado Carregadoras de sonhos (CARREGADORAS, 2010), dirigido por Deivison Fiuza, um jovem diretor baiano. O evento aconteceu em 2010, no famoso Teatro Castro Alves, em Salvador, com a presença de mais de mil

professores e professoras.

Temos conseguido obter estes resultados porque temos trabalhado com colegas e companheiros verdadeiramente interessados e obtido a colaboração de entidades de representação dos trabalhadores, principalmente sindicatos. São eles que têm proporcionado o acesso aos trabalhadores que participam das reuniões, emprestando espaço das sedes e até ajudando na parte financeira, como, por exemplo, o Sindicato dos Petroleiros (FERREIRA; IGUTI, 2003a) (que contratou uma jornalista para transcrever as fitas de áudio gravadas das reuniões) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara (FERREIRA; GONZAGA; DONATELLI, 1997) (que pagou uma jornada para os cortadores de cana poderem participar da reunião de ACT, numa manhã de sábado). Mas além da parte operacional, o trabalho com os sindicatos tem um significado político: eu acredito que é a luta dos trabalhadores que pode melhorar as condições de trabalho (e não os técnicos, por mais bem intencionados e competentes que sejam). Ora, são os sindicatos que representam os trabalhadores. É por isso que sempre procurei trabalhar com eles.

A Análise Coletiva do Trabalho foi por nós utilizada basicamente em estudos sobre várias profissões, no quadro de demandas sobre condições de trabalho e/ou saúde: pilotos da aviação comercial; operadores de refinarias de petróleo da Petrobras; operários e operárias metalúrgicas; cortadores de cana; funcionários de um centro de reabilitação da Previdência Social, em São Paulo; trabalhadores sofrendo de lesões por esforços repetitivos; pescadores de lagosta; operários de uma fábrica de biscoito; e, por último, professores do ensino básico, de escolas públicas e privadas. A maioria dos trabalhos deles resultou em textos disponíveis no portal da Fundacentro (www.fundacentro.gov.br) ou em livros, na biblioteca da entidade. Mas também já utilizamos a ACT em outras situações, como em cursos sobre ergonomia para sindicalistas e em negociações entre sindicatos de trabalhadores e empresas. Nos cursos (FERREIRA, 2001), ela foi usada como uma técnica para se mostrar quão rica era a atividade de trabalho de cada um. E em uma das negociações entre empresa e sindicato, que aconteceu entre o Sindicato de Petroleiros de Mauá e a direção da Petrobras, serviu para reforçar os argumentos sindicais sobre a necessidade de contratação de maior número de operadores. Foi uma longa negociação, da qual tive o privilégio de participar como assessora do Sindicato e que foi vitoriosa. Outros pesquisadores, inclusive do exterior (ARAÚJO, 2007; TORRES, 2006), têm feito uso da ACT em outras situações e a análise desta experiência ampliada também poderá contribuir para que ela seja aperfeiçoada.

A Análise Coletiva do Trabalho ainda está em desenvolvimento. Ela não é apenas um método de análise do trabalho: é também o resultado que este método permite alcançar. Se tem tido resultados interessantes, também coloca muitas questões. Vou aqui me ater a duas delas, sobre as quais tenho me debruçado particularmente: a primeira se refere ao tipo de trabalho que é analisado e a segunda ao texto que a ACT produz.

A dupla face do trabalho: atividade e emprego

Em relação à primeira questão, “qual o trabalho analisamos na ACT?”, costume dizer que, na Análise Coletiva do Trabalho, o trabalho aparece em dupla face. Tenho chamado uma delas de ‘atividade’ e a outra de ‘emprego’. A face atividade é a que produz bens ou serviços e diz respeito a tudo que é específico daquele trabalho e o diferencia de outro: a atividade de um cortador de cana é diferente da atividade de um piloto de avião, por exemplo. A atividade aqui considerada corresponde ao ‘trabalho concreto’ de Marx (1971), ao ‘trabalho vivo’ de Dejours (2012), e à atividade tal qual é estudada pelos ‘ergonomistas da atividade’ (WISNER, 1987, 1993)⁸, pela clínica da atividade de Clot (2006) e pelos ergologistas da escola de Schwartz (2007), para citar alguns autores.

Já a face emprego é aquela que resulta em pagamento e diz respeito às relações de produção entre empregados e empregadores. Do ponto de vista do emprego, um professor de escola pública se diferencia de um professor de escola particular. E um cortador de cana pode ter um salário igual ao de um professor. Esta face é especialmente estudada pela economia e sociologia.

Pois bem: nas reuniões de ACT, fala-se tanto da atividade como do emprego, ou da relação entre ambos. E mostra-se que são sempre estes dois lados do trabalho, o da atividade e o do emprego, que afetam os trabalhadores, para o bem e para o mal, para a saúde ou para a doença. Não é só a atividade. Não é só o emprego. São os dois juntos. E se ater a apenas um é empobrecer a análise. Por exemplo, se não levarmos em conta que os cortadores manuais de cana-de-açúcar recebem um salário (baixo) por produção, não conseguimos entender os efeitos perversos que este trabalho causa na saúde deles. É que este sistema de pagamento faz com que os trabalhadores não parem de produzir nem por um minuto e, como a atividade é cansativa e perigosa, os casos de cortes, contusões, lesões por esforços repetitivos, desidratação, golpes de calor e exaustão são comuns. Outro exemplo: se não levarmos em consideração que o salário das professoras é insuficiente e, por isso, muitas delas têm até três empregos, fica difícil entender porque elas se sentem cansadas, muitas vezes estressadas e doentes e não podem dar as aulas bem, como gostariam de fazer.

Esta ideia sobre a dupla face do trabalho capitalista foi inspirada naquela de duplo caráter do trabalho na produção de mercadoria (MARX, 1971, p. 48), de Marx. Ele mesmo dizia ter sido o primeiro a revelá-la e a considerava uma ideia chave na sua teoria. É uma ideia poderosa, que abre imensas possibilidades de análises e de explicações teóricas (BORGES NETO, 2008) no estudo de todas as disciplinas que estudam o trabalho. A classificação aqui apresentada entre atividade e emprego é apenas uma dessas possibilidades, que pretendo explorar mais profundamente em futuros textos sobre as repercussões do trabalho na saúde dos trabalhadores.

⁸ Refiro-me a um extenso grupo de pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, formados por ou inspirados nos ensinamentos da escola de ergonomia de A. Wisner, no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM) de Paris.

A última etapa de uma ACT é a elaboração e divulgação de um texto dando conta dos resultados das análises. Temos nos empenhado em explicitar esta etapa nas negociações entre pesquisadores e os que solicitaram ou autorizaram o estudo, os quais, na nossa experiência, têm sido entidades representativas dos trabalhadores, sindicatos ou associações de classe. Estas negociações são importantes porque ajudam a visualizar todo o processo, do convite aos trabalhadores para a participação nas reuniões à publicação do texto final, e a determinar as responsabilidades de todos e de cada em cada etapa. O texto é, portanto, o resultado planejado da Análise Coletiva do Trabalho, o que implica dizer que outros tipos de resultados, não planejados, possam resultar de uma ACT, ou seja, o texto não esgota as potencialidades de uma análise, embora seja um ponto importante da mesma.

E que tipo de texto é esse?

Em primeiro lugar, devemos dizer que o texto é de autoria dos pesquisadores que conduziram a ACT em todas as suas etapas, muito embora seja recomendável que a redação primeira seja feita apenas por um deles, com o auxílio da crítica dos outros. Como criação dos autores, o texto leva suas marcas, que se refletem no estilo e até no conteúdo, uma vez que o que foi apreendido nas reuniões com os trabalhadores desperta lembranças pessoais e profissionais anteriores, que são diferentes de um autor para outro, e se materializam em textos e estilos diferentes (é para evitar interpretações muito díspares que recomendamos que o processo seja sempre realizado por pelo menos dois pesquisadores, que troquem ideias entre si). Estamos, portanto, longe de um texto acadêmico, com a sua neutralidade e objetividade. O que não significa um abandono da realidade, pelo contrário: nosso maior compromisso deve ser com o que aprendemos por meio dos diálogos com os trabalhadores.

Tentando sistematizar nossa experiência na redação de textos de ACT, me parece necessário que, antes de escrevê-lo, o pesquisador tenha em mente duas questões:

- 1- para quem seu texto é endereçado?
- 2- qual é o seu objetivo?

A primeira questão é importantíssima porque, como nos ensina Bakhtin (1997), a ideia que o autor faz dos destinatários de texto influencia a escolha dos recursos linguísticos que ele vai utilizar e também o estilo.

Como já vimos, o primeiro destinatário do texto é o grupo de trabalhadores que participou das reuniões. Desde o início do processo, nos comprometemos em escrever um texto, preferencialmente em forma de livro, sobre os resultados. Também é nosso compromisso entregar ao grupo uma primeira versão deste texto, para se detectar erros factuais, cometidos pelos autores e

que prejudiquem ou falseiem a compreensão do trabalho analisado.

Mas o texto também deve ser endereçado a outros trabalhadores, que tenham ou não a mesma atividade descrita, e a um público geral, que eventualmente se interesse pelo assunto. Por isso, nosso texto deve usar uma linguagem clara e compreensível e não ser muito longo, para não cansar muito o leitor eventual.

E qual o nosso objetivo ao escrevê-lo? O de socializar tudo que aprendemos sobre o(s) trabalho(s) que estamos analisando, o que pode ajudar a romper o silêncio e a ignorância a respeito dos trabalhos dos quais falamos no início deste artigo. O nosso objetivo é, portanto, passar aos leitores a compreensão que conseguimos ter do(s) trabalho(s) descrito(s). Ora, o problema da compreensão do texto é um dos mais complicados, pois implica ter uma ideia da percepção dos possíveis destinatários, o que é uma coisa muito difícil e nunca completamente satisfatória.

O nosso texto parte do material que temos depois das reuniões, composto em geral pela transcrição de fitas de áudio, ou seja, de um diálogo com múltiplos participantes (ou, em casos raros, quando a transcrição não foi autorizada pelos trabalhadores, as anotações dos pesquisadores). Como trabalhar este material? Alguns pesquisadores se utilizam de instrumentos de análises de texto, de conteúdo, para tentar extrair desta transcrição inicial algumas pistas que os ajudem a interpretar o que foi dito nas reuniões. Nunca, porém, usei semelhantes dispositivos nem deles senti falta, o que demonstra que é possível (se não recomendável) trabalhar o texto final sem eles.

De qualquer forma, algumas coisas podem já ser definidas: é preciso “traduzir” a linguagem operacional usada por quem descreve o seu trabalho, que é específica a cada prática de trabalho e, portanto, na maioria das vezes, é opaca, para uma linguagem mais compreensível e geral. Isto implica, por parte dos redatores, um trabalho extenso de pesquisa em outras fontes, que não seja apenas o discurso dos participantes das reuniões: estudos técnicos, conversas.

É também a preocupação com a compreensão do texto que orienta os redatores como tratar as falas transcritas. Isso é importante e tem dado origem a muitas discussões, mas meu ponto de vista é claro: quando transcrevemos no texto final a fala dos participantes (o que não é obrigatório), nosso objetivo não é um estudo linguístico, mas a compreensão de um diálogo e, por isso, tiramos das falas tudo o que poderia dar a impressão que os trabalhadores não sabem se expressar, particularmente evidente quando comparamos a sua linguagem falada com a linguagem escrita dos redatores.

Também é o problema da compreensão que exige dos redatores um esforço para passar ao leitor o “tom” das reuniões. As transcrições não contêm os gestos, as expressões corporais, as entonações, os silêncios, nem os implícitos, ou seja, as relações entre os participantes, trabalhadores e pesquisadores, sua visão do que está acontecendo durante as reuniões. Ora, tudo isso precisa de algum modo aparecer no texto, para que ele se torne compreensível. Do mesmo modo, é preciso que os leitores saibam como tivemos acesso a tudo o que

estamos escrevendo, para poder fazer a própria avaliação sobre a veracidade das informações que recebem. Costumo dizer que o texto é elaborado a partir dos acontecimentos que culminaram nas reuniões, o que significa que as reuniões representam apenas uma etapa de um processo que se iniciou anteriormente, na fase de planejamento do estudo. O modo pelo qual os participantes ficaram sabendo das reuniões e como foram convidados a participar delas e seu grau de disponibilidade em participar precisa ser explicitado no próprio texto, porque dele depende, em grande parte, o que acontece nas reuniões. Significa também que o material gravado nas reuniões é apenas um dos registros, embora o mais importante, do que acontece nas reuniões.

Cada reunião é um momento único e não reproduzível. Representa o encontro de várias pessoas diferentes, para falar de um tema amplo e contraditório, como é o trabalho. Não se pode esperar que o assunto seja esgotado nem que seja expresso sem contradições. É este momento único que precisa ser explorado, com toda a riqueza e as contradições. Como no texto se exploram materiais de várias reuniões, cabe aos autores captar o que é comum a todas e o que é diferente e específico de cada situação. Muitas vezes, o mais significativo de uma reunião se resume numa fala ou num gesto e, portanto, critérios como frequência ou extensão do aparecimento de temas precisam ser usados com cautela.

Finalmente, algumas palavras sobre a avaliação do texto. Considero que um texto de ACT teve êxito quando um trabalhador, que não tenha participado das reuniões coletivas, ao lê-lo, não só o compreenda, mas se identifique com o trabalho que está sendo descrito. Como, por exemplo, o que falou um operador de petróleo após ler o livro sobre o trabalho dos pilotos, tentando nos explicar como o seu trabalho era semelhante ao do piloto:

Um voo de cruzeiro é a unidade operando normalmente. Uma turbulência é uma emergenciazinha. Uma emergência grave é a queda do avião. A decolagem e a aterrissagem são a partida e a parada [da unidade de refino], a hora mais crítica. O risco é igual. A partir do momento em que o piloto aciona o motor do avião, que ele está 'taxiando', é a hora em que nós estamos "circulando" a unidade. A hora em que ele começa a acelerar o avião para levantar voo é quando está "entrando a carga". A hora que ele levantar voo, a carga está lá. Aí, só basta estabilizar o curso. Na aterrissagem é a mesma coisa: ele vem vindo, aí ele começa a perder a altitude, a gente começa a "reduzir a carga". O ponto crítico onde é? Onde ele [o piloto] bate no chão, onde ele vê a pista na frente dele. Às vezes, ele vê a pista e não pode aterrissar: ele tem que dar outra volta. Às vezes, a gente também vê isso: a unidade vem parando - "não, não para porque surgiu um problema" - tem que chamar a manutenção. É isso que acontece. Nada mais do que isso. Nosso erro pode ser fatal, como o erro do piloto é fatal. (FERREIRA; IGUTI, 2003a).

À guisa de conclusão

Voltando ao início deste texto, sobre o desconhecimento do cotidiano do trabalho, posso dizer que a Análise Coletiva do Trabalho pode contribuir para que o trabalho não seja assim tão (ou mais) desconhecido do que a Anártida, como nos falou Levi (2009). É que este desconhecimento só interessa a quem pretende desvalorizar o trabalho e os trabalhadores. A todos os outros, isto é, à imensa maioria dos homens e mulheres, interessa conhecer o trabalho e mostrar como ele é central na vida, fonte tanto de alegrias como de sofrimento; de bem-estar e saúde, como de doenças; de prosperidade e de miséria. Pois é só quando identificamos o que queremos mudar (e também o que queremos conservar) que é possível a emancipação.

Espero que muitos outros façam uso da Análise Coletiva do Trabalho, aperfeiçoando-a e enriquecendo-a, tanto do ponto de vista de suas técnicas como de suas bases teóricas. Afinal, dar a palavra aos trabalhadores e ouvi-los respeitosa e atentamente a respeito de seu trabalho é um ato político, até subversivo e pode contribuir para a nossa emancipação social e pessoal. E que a palavra final deste texto fique com Guimarães Rosa, num trecho que pode também se aplicar à ACT:

O senhor é de fora, meu amigo, mas meu estranho. Mas, talvez por isso mesmo. Falar com o estranho assim, que bem ouve e logo longe se vai embora, é um segundo proveito: faz do jeito que eu falasse mais mesmo comigo. (ROSA, 1983, p. 31)

Referências Bibliográficas

- ALVIM, Francisco. **Poemas (1968-2000)**. São Paulo: Cosac & Naify; Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.
- ARAÚJO, Clara. Sofrimento físico, psíquico e moral no sector do calçado em Portugal: contributos para uma psicodinâmica do trabalho (resumo). **Laboreal**, Porto, v. 3, n. 1, p. 39-41, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BORGES NETO, João Machado. Por que o duplo caráter do trabalho é o “ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política?”. **Revista de Economia**, Curitiba: Editora UFPR, v. 34, n. especial, p. 111-129, 2008.
- CARREGADORAS de sonhos. Produção de Deivison Fiuza. Sergipe: SINTESE; WG Produções, 2010. 1 DVD (68 min).
- CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- DEJOURS, Christophe. **Trabalho vivo: trabalho e emancipação: tomo II**. Brasília: Paralelo 15, 2012.
- FERREIRA, Leda Leal. Análise coletiva do trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, n 78, v. 21, p. 7-19, abr./ maio/jun., 1993.

_____ ; GONZAGA, Maria Cristina; DONATELLI, Sandra. **Análise coletiva do trabalho dos cortadores de cana da região de Araraquara.** São Paulo. São Paulo: FUNDACENTRO, 1997.

_____ ; et al. **Voando com os pilotos:** condições de trabalho dos pilotos de uma empresa de aviação comercial. 2ª ed. São Paulo: APVAR., 1998.

_____. **Diferenças e semelhanças entre a análise ergonômica do trabalho e a análise coletiva do trabalho.** São Paulo: FUNDACENTRO , 1999.

_____. Quatro seminários de ergonomia para sindicalistas. In KIEFER, Célia; FAGÁ, Iracema; SAMPAIO, Maria do Rosário (org.). **Trabalho, educação e saúde:** um mosaico em múltiplos tons. São Paulo: FUNDACENTRO, 2001.

_____ ; IGUTI, Aparecida Mari. **O trabalho dos petroleiros: perigoso, complexo, contínuo e coletivo.** São Paulo: Fundacentro, 2003a.

_____ ; DONATELLI, Sandra; REIS JUNIOR, Francisco. A. **Análise coletiva do trabalho de pescadores mergulhadores de lagosta brasileiros.** São Paulo: Fundacentro/Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte, 2003b.

_____ ; ARAUJO, Tania Maria; BATISTA, José Hélio Lopes. **O trabalho de professores na educação básica na Bahia.** São Paulo: Fundacentro, 2009.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grandes sertões: veredas.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ÍTALO Calvino, um roteiro. Lisboa: Editora Teorema, 1996.

LEVI, Primo. **A chave estrela.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro Primeiro: volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SCHWARTZ, Yves. Un bref aperçu de l'histoire culturel du concept d'activité. **Activités:** revue électronique, v. 4, n. 2, p. 122-133, 2007. Disponível em: <<http://www.activites.org/v4n2/schwartz-FR.pdf>>.

TORRES, Isabel. Mudanças organizacionais, saúde e bem-estar na banca portuguesa: idade e sentidos do trabalho numa nova relação salarial (resumo). **Laboreal**, Porto, v. 2, n. 2, p. 62-65, 2006.

VERMERSCH, Pierre. Les connaissances non-conscientes de l'homme au travail. **Le Journal des Psychologues**, Paris, n. 84, p. 52-58, 1991.

WISNER, Alain. **Por dentro do trabalho:** ergonomia, método e técnica. São Paulo: FTD/Oboré, 1987.

_____ Alain. **A inteligência no trabalho:** textos selecionados de ergonomia. São Paulo: Fundacentro, 1993.